

IDENTIDADE LINGUÍSTICA E MILITÂNCIA: HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS NA OBRA DE LIMA BARRETO

Lúcia Maria de Assis (UFF)
lucia.a@uol.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a manifestação linguístico-discursiva a respeito de língua, identidade linguística e cidadania presente na obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, literato que viveu no Rio de Janeiro entre os anos de 1881 e 1922. De maneira específica, examina o significado da literatura militante do autor e sua crítica nas crônicas jornalísticas e ficcionais. Para isso, baseia-se nos pressupostos teóricos da história das ideias linguísticas, os quais dizem que o estudo de uma língua se vincula a assuntos relevantes da história e da constituição de determinada sociedade na tentativa de compreender o imaginário social que se constitui ao longo dessa história, chegando à identificação linguístico-cultural de um povo. Isso é possível, porque uma produção literária sempre está associada a um tempo e, portanto, reflete as angústias e os sonhos a ela contemporâneos, transformando-se em relato de determinado contato sócio-histórico. Nesse sentido, analisar a obra limiana possibilita a aquisição de um conhecimento sobre a história da língua portuguesa do Brasil.

Palavras-chave: Lima Barreto. Identidade linguística. Literatura militante.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the linguistic-discursive manifestation about language, linguistic identity and citizenship present in the work of Afonso Henriques de Lima Barreto, literate who lived in Rio de Janeiro between 1881 and 1922. Specifically, it examines the meaning of the author's militant literature and his criticism in journalistic and fictional chronicles. For this, it is based on the theoretical presuppositions of the history of linguistic ideas, which say that the study of a language is linked to relevant subjects of the history and the constitution of a given society in an attempt to understand the social imaginary that is constituted along this language. history, reaching the linguistic-cultural identification of a people. This is possible, because a literary production is always associated with a time and, therefore, reflects the anguishes and contemporary dreams, becoming a report of a determined socio-historical contact. In this sense, analyzing the Lima Barreto's work enables the acquisition of a knowledge about the history of the Portuguese language of Brazil.

Keywords: Lima Barreto. Linguistic Identity. Militant literature.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a manifestação

linguístico-discursiva a respeito de língua, identidade e cidadania na obra de Afonso Henriques de Lima Barreto, literato que viveu no Rio de Janeiro entre 1881 e 1922. Morto pouco antes da eclosão do movimento modernista denominado Semana de Arte Moderna, postumamente foi considerado um pré-modernista, pois havia inaugurado um novo pensamento sobre a língua empregada nos textos literários e os temas abordados na referida literatura.

Para alcançarmos esse objetivo, apoiamo-nos na história das ideias linguísticas e, portanto, seguimos as três dimensões comportadas num hiperespaço: cronologia, geografia e conjunto de temas, conforme indicam Leonor Lopes Fávero e Márcia Antônia Guedes Molina (2006). Como cronologia, trabalhamos com o período de transição entre os séculos XIX e XX ou transição Império/República; como geografia, escolhemos a cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal e cultural do país; e, como conjunto de temas, abordamos a configuração da obra de Afonso Henriques de Lima Barreto em defesa de uma língua portuguesa que representasse a identidade nacional brasileira e a cidadania dos aliados do sistema.

Como objetivo específico pretendemos examinar o significado de literatura militante e o papel social da literatura de acordo com o que era exposto na obra barretiana. O exame mostrará que, para o literato, qualquer obra literária deveria ser militante e, portanto, denunciar e combater as mazelas sociais, uma vez que “a literatura foi (e ainda é) uma das linguagens através das quais diferentes comunidades constroem, reforçam ou reformatam sua identidade, desdobram e renovam poderes da linguagem verbal”. (LAJOLO, 1996, p. 108)

2. *A belle époque no Rio de Janeiro*

A obra de Afonso Henriques de Lima Barreto retrata a realidade do Brasil de sua época. Para que essa realidade seja compreendida pelo leitor atual, é necessário seu exame junto com os aspectos constitutivos da história dessa época, uma vez que, de acordo com Maria Zilda Ferreira Cury,

a produção humana indica que nada é isolado. A compreensão isolada de um fenômeno priva-o de sentido (...) sem perceber a totalidade de relações que contém. Para analisá-lo, é necessário buscar suas relações com as demais formas de produção humana. Concretamente isso só é possível através da historicização. E é essa historicização que permite a não petrificação do fenômeno, porque o pensar referido ao real se integra no movimento do próprio real. (CURY, 1981, p. 50)

Vista assim, como totalidade, a obra limiana ao mesmo tempo em que apreende, promove mudanças ainda em gestação no germe social. Para possibilitar a melhor compreensão desse fenômeno, enfoca-se, aqui, o que ocorria no Brasil durante a *belle époque*, retratando o panorama sócio-político-econômico-cultural do país, especificamente do Rio de Janeiro, lugar que exerceu papel preponderante como capital cultural do Brasil, além de ser o centro das decisões políticas e administrativas.

No dizer de Dinah Maria Isensee Callou (2002, p. 281), “dar conta da história linguística de uma língua implica necessariamente dar conta de sua história social”. É nesse sentido que nosso enfoque proporciona material que permite analisar as influências do movimento *bellepoqueano* no uso da língua portuguesa do Brasil. Ou, ainda, proporciona a observação de como o uso dessa língua refletia o momento histórico evidenciado, pois, como afirma Nicolau Sevcenko,

houve, no século XX, um reconhecimento categórico de que a linguagem está no centro de toda atividade humana. (...) Sendo ela produzida pelo complexo jogo de relações que os homens estabelecem entre si e com a realidade, passou a ser um elemento modelador desse mesmo conjunto. A linguagem se torna, dessa forma, um elemento praticamente invisível de sobre-determinação da experiência humana. (SEVCENKO, 2003, p. 27)

Esse período assinala uma fase única na história cultural brasileira. Nessa época, os conceitos e valores surgiam da crescente necessidade de modernização pela qual o Rio de Janeiro passava, pois era uma cidade formada por uma sociedade “dividida entre senhores e escravos, fazendas e portos”, conforme afirma Jeffrey D. Needell (1993, p. 23).

Dessa forma, de um lado, havia uma população poderosa e rica e, de outro, muitos negros, mulatos, escravos e libertos, que sobreviviam como trabalhadores rurais, empregados domésticos, artesãos, ao lado de meeiros empobrecidos e sitiantes. Entre essas duas classes, viviam pressionados os profissionais liberais, os burocratas subalternos, os empregados dos escritórios e os pequenos lojistas, uma vez que não eram nem ricos nem exatamente pobres.

Nesse cenário, crescia, a partir de 1860, o movimento abolicionista, o que era uma ameaça à ordem do império português. Esse movimento atraiu elementos urbanos de todos os estratos, sobretudo do médio, pois afetava os fundamentos da centenária estrutura rural dominada pelas antigas e novas elites latifundiárias. Assim, mesmo contra a vontade de alguns, em 1888, a abolição foi conquistada, o que significou o triunfo do movimento urbano sobre as elites agrárias.

Outro movimento que despontava com grande força era o pró-República. Entretanto, ao ser proclamada, a população não se viu livre dos problemas. Ao contrário, foram criados outros, uma vez que o novo regime dividiu ainda mais as forças políticas e o povo viu-se obrigado a sobreviver ao Encilhamento.

Como consequência da proclamação, no Rio de Janeiro, a população aumentou exageradamente, pois as pessoas buscavam aquela cidade a fim de obter uma vida melhor; acreditavam que ali encontrariam novas oportunidades de emprego já que se tratava da Capital Federal. Havia, então, uma grande diversificação étnica e os negros engrossavam o número de desempregados. Esse aumento populacional obviamente gerou problemas diversos, os quais diziam respeito, principalmente, a emprego e moradia. Sobre esse último, Afonso Henriques de Lima Barreto assim se manifestou na crônica intitulada *Variações*:

Atualmente, nada mais mete medo a um pobre-diabo que a tal história de aluguel de casa. Não há quem não esteja pagando, por trapeiras, exorbitantes locações dignas da bolsa de ricos e altos *escrocs* internacionais. (...) Para melhorar um tão doloroso estado de coisas, a prefeitura põe abaixo o Castelo e adjacências, demolindo alguns milhares de prédios, cujos moradores vão aumentar a procura e encarecer, portanto, ainda mais, as rendas das habitações mercenárias.

Como a população aumentou, mas a oferta de emprego não acompanhou essa mudança, havia muitas pessoas mal remuneradas ou sem trabalho, o que, por consequência, aumentou o número de menores abandonados e da população perigosa, formada por ladrões, prostitutas, malandros, desertores do Exército, da Marinha e de navios estrangeiros, ciganos, ambulantes, trapeiros, pívetes, capoeiras. Em *O Caso do Mendigo*, Afonso Henriques de Lima Barreto explica por que havia tanto desemprego:

Quem seria este cego antes de ser mendigo? Certamente um operário, um homem humilde, vivendo de pequenos vencimentos, tendo às vezes falta de trabalho. Os operários nem sempre têm serviço constante. A não ser os de grandes fábricas do Estado ou de particulares, os outros contam que, mais dias, menos dias, estarão sem trabalhar, portanto, sem dinheiro; daí lhes vem a necessidade de economizar, para atender a essas épocas de crise.

Na política, os conflitos também existiam, pois grandes eram as expectativas de que o povo, outrora alijado do jogo político, agora pudesse participar das decisões sobre o futuro do país. Entretanto, isso não aconteceu, apesar de o Rio ser “a arena em que os destinos nacionais se decidiriam” (CARVALHO, 1997, p. 22). Os operários, organizados em partidos políticos, deflagravam as primeiras greves em defesa do poder aquisitivo

corroído pela inflação; os pequenos proprietários, empregados e funcionários públicos organizavam-se em clubes jacobinos e batalhões patrióticos; os capoeiristas, tidos como marginais, eram presos.

A chegada da República também trouxe consequências para o mundo das ideias. José Murilo de Carvalho (1997, p. 24), afirma ter se criado “um ambiente de porre ideológico ou de maxixe do republicano doido (...), no qual se misturavam vertentes do pensamento europeu, como o liberalismo e o positivismo, além do socialismo e do anarquismo”. Algumas pessoas tinham a visão de um pacto social mais popular e centralizador, outras pensavam ser a hora de exercerem a tutela intelectual sobre a nação. Os intelectuais da classe média e os gráficos, por exemplo, pensavam ser a possibilidade de intervirem na política através de propostas de natureza socialista e, para isso, lançavam jornais de propaganda e formavam organizações que pudessem traduzir em ação concreta seus princípios. Tudo porque acreditavam na possibilidade de democratizar a República. Somente mais tarde, quando já se desencantavam com o governo republicano, surgiam propostas anarquistas radicais, com intelectuais da classe média, líderes operários, estrangeiros e brasileiros.

Por outro lado, como a República não era para todos, ela também não foi acolhida por todos, conforme descreve José Murilo de Carvalho (1997, p. 30),

a simpatia dos negros pela Monarquia refletia-se na conhecida ojeriza que Lima Barreto, o mais popular romancista do Rio, alimentava pela República. Neto de escravos, filho de um protegido do Visconde de Ouro Preto, o romancista assistia seu pai ser demitido pela política republicana. Irritava-o, particularmente, a postura do Barão do Rio Branco, a quem acusava de renegar a parcela negra da população brasileira.

O próprio Afonso Henriques de Lima Barreto pronunciou-se a respeito do governo republicano e de sua relação com a política, na crônica “A Política Republicana”:

(...) a República no Brasil é o regime da corrupção. Todas as opiniões devem, por esta ou aquela paga, ser estabelecidas pelos poderosos do dia. Ninguém admite que se divirja deles e, para que não haja divergências, há a “verba secreta”, os reservados deste ou daquele Ministério e os empreguinhos que os medíocres não sabem conquistar por si e com independência. (...) Vem disto a nossa esterilidade mental, a nossa falta de originalidade intelectual, a pobreza da nossa paisagem moral e a desgraça que se nota no geral da nossa população. (...) proclamada que foi a República, ali, no Campo de Santana, por três batalhões, o Brasil perdeu a vergonha e os seus filhos ficaram capachos, para sugar os cofres públicos, desta ou daquela forma. (...) Viva a República!

Com a crescente frustração com a República, as pessoas buscavam novas formas de inserção no sistema. Assim, os intelectuais concentraram-se na literatura e alguns aceitaram postos burocráticos no Itamaraty; os operários dividiram-se entre a vertente anarquista, que rejeitava os que rejeitavam, e a vertente daqueles que integraram mecanismos de cooptação do Estado. A população mesmo não era ouvida, a não ser por algum segmento da imprensa.

Com a população pobre marginalizada e excluída, era possível fazer do Rio o cartão-postal da República. Na primeira década do novo século, então, efervesceu o espírito *belle époque*. As fórmulas europeias, em especial a parisiense, tornaram-se o modelo a ser seguido. No governo Campos Sales, o centro do Rio de Janeiro foi modificado às pressas, abrindo-se avenidas, criando-se e reformando-se jardins; os bondes ganharam tração elétrica e o novo porto foi construído. Tudo isso seguindo o modelo de Paris. Observando as modificações ocorridas na aparência do Rio de Janeiro, Afonso Henriques de Lima Barreto, mais uma vez criticando o regime republicano, escreveu: “Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo de *parvenu*, tendo como *repousoir* a miséria geral?” (A Política Republicana)

Tais reformas deslocaram a população pobre para os morros, para a Cidade Nova ou para os subúrbios da Central. Abria-se, assim, mais espaço para o mundo elegante que se restringia a Botafogo e à Rua do Ouvidor. O mundo *belle époque* circulava no Rio reformado que tentava mostrar um Brasil branco, europeizado e civilizado. De acordo com Nicolau Sevcenko (2003, p. 43), “assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca e ninguém poderia se opor a ela”. Certamente, essas mudanças firmavam-se em 4 (quatro) princípios básicos:

- a) a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional;
- b) a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que maculasse a imagem civilizada da sociedade;
- c) uma política de expulsão dos grupos populares da área central;
- d) cosmopolitismo agressivo, identificado com a vida parisiense.

Entretanto, conforme afirma José Murilo de Carvalho,

se o novo Rio aumentava a segmentação social e o distanciamento espacial entre setores da população, as repúblicas do Rio, vindas do Império, continuavam a viver, a renovar-se, a forjar novas realidades sociais e culturais mais ricas e mais brasileiras que os versos parnasianos e simbolistas. (CARVALHO, 1997, p. 41)

Isso ocorria na festa portuguesa da Penha, tomada por negros e pela população dos subúrbios, e na Pequena África da Saúde, onde a cultura negra fertilizava-se, criando ranchos carnavalescos e inventando o samba. Mais tarde, o futebol também foi incorporado por esse grupo e, exatamente por isso, transformou-se em esporte de massa. Toda essa marginalização, na verdade, contribuiu para que surgisse a primeira identidade brasileira, ou seja, efetivamente a primeira identidade coletiva da cidade, aquela que se identificava com o samba e o esporte de massa.

Afonso Henriques de Lima Barreto via no Carnaval a única chance de a população sofrida libertar-se das tristezas. Prova disso, encontra-se na crônica “O Morcego”:

O Carnaval é a expressão da nossa alegria. O ruído, o barulho e o tantã espancam a tristeza que há nas nossas almas, atordoam-nos e nos enchem de prazer.

Todos nós vivemos para o carnaval. Criadas, patroas, doutores, soldados, todos pensamos o ano inteiro na folia carnavalesca.

O zabumba é que nos tira do espírito as graves preocupações da nossa árdua vida. (...) Essa nossa triste vida, em país tão triste, precisa desses videntes de satisfação e de prazer; e a irreverência da sua alegria, a energia e atividade que põem em realizá-la, fazem vibrar as massas panurgianas dos respeitadores dos preconceitos.

Entretanto, até o Carnaval foi proibido. O governo desejava um Carnaval à moda europeia, com arlequins, pierrôs e colombinas comportadas. Por isso, proibiam-se os batuques e as fantasias populares.

Nicolau Sevcenko (2003) alerta que reverberava o desejo de ser estrangeiro. Por isso, também nos navios europeus, chegavam figurinos, mobiliários e roupas, bem como notícias sobre as peças e livros que faziam sucesso, as escolas filosóficas predominantes, o comportamento que se deveria ter; tudo para que a sociedade carioca fosse considerada urbanizada e prestigiosa.

Como tudo, o movimento literário brasileiro também estava profundamente associado ao Rio de Janeiro. Assim, de acordo com Jeffrey D. Needell (1993, p. 211), “ser aceito como homem de letras significava viver ou pelo menos ser publicado no Rio”. Para isso, era necessário que se seguissem os modelos franceses, pois tanto a tradição cultural quanto os

franceses que residiam no Rio impulsionaram a primeira geração de literatos brasileiros a se voltar para a França.

O estilo de vida e a produção literária da época eram mais importantes que a própria literatura, ou seja, o que importava mesmo era o que o escritor retratava em seus modos de vida e seu papel na alta sociedade. Tais características eram os fatores que, muitas vezes, determinavam seu sucesso junto ao público. Com a intenção de alcançar esse sucesso, alguns escritores versavam sobre intrigas amorosas, ironias, decadências e exotismo, o que significava o francesismo cultivado pela elite que se interessava por textos divertidos, leves e excitantes. Afonso Henriques de Lima Barreto, entretanto, não se prestava a isso. Para Alfredo Bosi (1994, p. 307), “coube a Lima Barreto mover as águas estagnadas da *belle époque*, revelando, antes dos modernistas, as tensões que sofria a vida nacional”.

Como se observa, então, a relação entre literatos e elite não era terna. Primeiramente, quase não era possível viver de literatura. Assim, os escritores, comumente, eram de classe média ou da elite e possuíam uma outra profissão estabelecida, advinda de uma educação de qualidade e de contatos, o que lhes possibilitava publicar o que escreviam. Por outro lado, havia também aqueles mal nascidos (pobres), que encaravam a literatura como forma de ascensão social. Para esses que, de outra forma, seriam desprezados pela sociedade preconceituosa do final do século XIX e do início do XX, a literatura significava consagração, aceitação, reconhecimento e, sobretudo, uma saída, não apenas um prazer.

O Rio de Janeiro, de acordo com Antônio Dimas (1983), era espacialmente restrito e personalizado demais, pois se concentrava na Rua do Ouvidor, o salão ao ar livre. Esse era o mesmo local elegante onde, durante o Encilhamento, eram consumidos os importados produtos de luxo. O movimento literário ali se concentrava, a fim de se aproximar das redações das revistas e dos grandes jornais, como o *Jornal do Commercio*, o *Correio Mercantil* e o *Diário do Rio de Janeiro*, bem como das poucas livrarias existentes à época. Tanto os jornais quanto as livrarias e revistas eram dominados por franceses, o que reforçava o modelo parisiense.

A forma que os literatos encontraram para manter suas identidades de criadores de cultura foi a inauguração da Academia Brasileira de Letras, em 1897, cuja presidência coube a Machado de Assis, então no ápice de sua carreira literária. Tal instituição inspirava-se na *Académie Française de Lettres* e reafirmava o gosto francófilo dos brasileiros. Tratava-se de uma instituição que fortaleceria a tradição literária, preservaria a pureza da

língua, promoveria o respeito pelos feitos literários e o encorajamento de uma literatura verdadeiramente nacional.

Durante a inauguração da Academia, Machado de Assis discursou reportando-se à necessidade de padronização da língua portuguesa naquela nova era política. Os acadêmicos possuíam uma paixão romântica pela tradição literária nacional e por um instrumental linguístico puro. Além disso, objetivavam respeito, reconhecimento e, principalmente, recursos, pois se consideravam produtores de cultura, embora contribuíssem fortemente para a reprodução da eurofilia e do fetichismo de consumo.

Nessa época, faziam sucesso nos jornais e revistas, reportagens sensacionalistas, entrevistas e perfis, que se fixavam como os novos gêneros e, juntamente com ilustrações, fotografias e vinhetas *art nouveau*, tornavam-se abundantes e atraíam um público fiel, composto por mulheres da elite e dos setores médios que imitavam a elite, e um contingente masculino de estudantes, literatos e aspirantes a literatos, as únicas pessoas com tempo livre, dinheiro e interesse em obter cultura superior. Cabe ressaltar que esses novos gêneros vieram agregar-se à poesia, à crônica, ao conto e ao folhetim, gêneros já bastante lidos.

Observa-se, assim, que os literatos se viam obrigados a ceder às limitações impostas pela elite, que praticamente ditava o que se devia escrever. Alguns deles até faziam-no em francês, pois, além dos costumes, o idioma de Paris também era valorizado. Os livreiros também dirigiam o estilo dos autores; eram imigrantes da França e, por isso, também estimulavam o emprego do modelo francês nos periódicos cariocas. Tudo isso só fazia crescer, no Brasil, o gosto pelos francesismos.

Nesse período, a literatura francesa voltava-se para o ego narcisista; era descompromissada, escapista, sensual, refinada e aristocrática; significava uma reação ao período conturbado que a cultura francesa enfrentava. Portanto, refletia a desilusão e a incerteza dos escritores franceses, preocupados com o futuro problemático. No Brasil, esse modelo foi assimilado, sobreviveu ao longo de toda a *belle époque* e teve como maior defensor Olavo Bilac, poeta conservador e prosador mundano.

Bilac era, de acordo com Jeffrey D. Needell (1993, p. 235):

um representante da civilização e crítico do atraso urbano carioca, um perfeito porta-voz da *belle époque* carioca (...) Sua ironia e piedade estavam reservadas para seus compatriotas e serviam, em grande parte, para mascarar a vergonha e a raiva (...); ele se identificava desesperadamente com o Rio civilizado, uma metamorfose da cidade e do cidadão que ele só podia imaginar em termos de

Em sua prosa, observam-se o racismo e o eurocentrismo, cultivados em Paris e típicos da *belle époque*; isso mostra sua insatisfação frente à civilização brasileira que não se conseguia moldar aos padrões franceses.

Outro importante representante dessa época foi Henrique Maximiano Coelho Neto. De acordo com Nicolau Sevcenko (2003), o literato aceitou nomeações, cargos políticos, colocações acadêmicas e burocráticas a fim de sustentar sua família, já que não era ainda possível viver de literatura. Fez parte do grupo dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, devido ao respeito que já havia conquistado, e comandou um famoso salão no Flamengo, frequentado pela elite. Sua obra retratava o gosto do público, com excesso de superficialidade ornamentada, sensual, fantástica e refinada, o que se comprova pela técnica verbal e a associação com preocupações formais, imagens e mitos clássicos – era um parnasiano. Devido a esse estilo, também recebeu a crítica de Afonso Henriques de Lima Barreto em “Literatura e Política”:

Em um século de crítica social, de renovação latente, das bases das nossas instituições; em um século que levou a sua análise até os fundamentos da geometria, que viu pouco a pouco desmontar-se o mecanismo do Estado, da legislação, da Pátria, para chegar aos seus elementos primordiais de superstições grosseiras e coações sem justificações nos dias de hoje; em um século deste, o sr. Coelho Neto ficou sendo unicamente plástico, um contemplativo, magnetizado pelo Flaubert da Mme. Bovary, com as suas chinesices de estilo, querendo como os Goncourts, pintar com a palavra escrita (...). Se ele estivesse ao par dos males do seu tempo, com o talento que tem, e o prestígio do seu nome, poderia ter apresentado muita medida útil e original. (...) nada fez; manteve-se mudo (...). o deputado ficou sendo o romancista que só se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes ideias do tempo, em quem não repercutiram as ânsias de infinita justiça dos seus dias; em quem não encontrou eco nem revolta o clamor das vítimas da nossa brutalidade burguesa, feita de avidez de ganho, com a mais sinistra amoralidade para também edificar, por sua vez, uma utopia ou ajudar a solapar a construção social que já encontrou balançando. (...) a literatura do Sr. Coelho Neto ficou sendo puramente contemplativa, estilizante, sem cogitações outras que não as de arte poética, consagrada no círculo dos grandes burgueses embotados pelo dinheiro.

Outro literato, João do Rio, mais que os outros, parecia estar completamente à vontade naquele ambiente, pois sua produção exacerbava o gosto pelos francesismos, a atração pelo decadente, pela ostentação e a ironia desiludida. Com tanta extravagância, tornou-se o jornalista mais famoso da época, revolucionou o jornalismo carioca e rompeu com as tradicionais reflexões de gabinete até então comuns. Saiu em busca das

histórias que aconteciam nas ruas da Cidade Velha, nas favelas da Cidade Nova e nos morros. Com isso, floresceu a crônica, o estilo já exuberante da época e explorou crítica e ironicamente cada aspecto da vida mundana carioca. Com o sucesso que fez, aos 29 anos de idade, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, sendo assediado pela sociedade que desejava ler seus textos.

Tal sucesso, entretanto, transformou-o. O jornalista/literato deixou de explorar e criticar os aspectos miseráveis da sociedade carioca para louvar as altas rodas. A partir daí, dedicou-se a mexericos, reflexões elegantes, comentários de moda e a textos picantes. Passou a assinar uma coluna social chique e a escrever pequenas ficções. Em suma, João do Rio colaborou para a promoção e o cultivo das modas literárias francesas, inclusive difundindo preconceitos da sociedade europeia. Embora durante algum tempo tenha escrito sobre a elite carioca, criticando-a, também contribuiu para legitimá-la.

Alguns escritores, como Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha e Afonso Henriques de Lima Barreto, distanciavam-se dos modismos, pois acreditavam que algo deveria ser feito para que o povo brasileiro pudesse sair da condição de miséria e ignorância em que se encontrava. Por isso, não aceitavam facilmente os modelos franceses. Para eles, um literato não deveria se apegar somente ao belo, mas, necessariamente, deveria realizar uma crítica de base política ou social.

Euclides Rodrigues Pimenta da Cunha, como mostra Jeffrey D. Needell,

acreditava em uma literatura crítica e empenhada, voltada para a regeneração social. Sua militância republicana inicial transformou-se em uma fé passiva em uma elite de grandes homens, que poderiam ser levados a agir por uma literatura comprometida com a realidade social e elaborada com ciência, paciência e habilidade. (NEEDELL, 2003, p. 253)

Segundo Nicolau Sevcenko (2003, p. 155), a transparência de seus textos com relação à realidade dos fatos que animavam a ação social do período é quase total, sendo o realismo intoxicado e presente uma das características mais típicas da literatura euclidiana. Em sua obra encontram-se críticas relativas a “relações sociais e raciais, transformações econômicas e políticas, ideais sociais, políticos e econômicos, discussões filosóficas e científicas, crítica social, moral e cultural”.

O emprego de uma linguagem elevada, selecionada, elaborada, metafórica e praticamente sem variação sociolinguística justifica o fato de

Alfredo Bosi (1994, p. 348) afirmar que esse literato era “um manipulador do verbo, um leitor intemperante do dicionário à cata do termo técnico ou precioso”, mas, por outro lado, um escritor comprometido com a natureza, com o homem e com a sociedade.

Em relação a Afonso Henriques de Lima Barreto, como já se disse, o literato era mulato e pobre, o que muito colaborou para seu fracasso na escola Politécnica do Rio, de onde saiu sem conseguir diplomar-se. A esse respeito, na crônica “A Volta”, ao comparar a capital do Brasil com Buenos Aires, capital argentina também idealizada ao modelo parisiense, dizia que o Rio de Janeiro queria ser visto como terra de brancos, por isso um mulato pobre ali não venceria com facilidade.

(...) a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado de montanhas, deve ter largas ruas retas; o Rio de Janeiro, num país de três ou quatro grandes cidades, precisa ter um milhão; o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos.

Obrigado a trabalhar como burocrata para sustentar a família, Afonso Henriques de Lima Barreto tornou-se um obcecado pelo reconhecimento literário, pois acreditava que isso seria sua redenção, sua vingança da sociedade eurófila e preconceituosa que o rejeitava. De certa forma, pretendia vingar-se dos burgueses tornando-se um deles. Apesar de também ter sido influenciado pelas obras francesas, possuía a capacidade de selecionar e adaptar o que achava interessante, ou seja, não se tratava de um mero reproduzidor da ideologia e da cultura francesas. Por isso não foi capaz de se render aos dogmas racistas do evolucionismo europeu contemporâneo, mas encarou-os com ira, acuidade e desprezo.

Acabou por desprezar também os literatos brasileiros que incorporavam a cultura preconceituosa, o que colaborou para que não obtivesse grande sucesso com os romances que escrevia. Seus textos, além de curtos, autobiográficos e simples, apresentavam uma visão crítica da sociedade, por isso não eram lidos. Acrescente-se a isso o fato de se reportarem diretamente a grupos e indivíduos da elite que eram, por ele, atacados. Criticava os sistemas literário e jornalístico; como consequência era boicotado e sentia reforçadas a discriminação e a marginalização. Sendo assim, pode-se afirmar que Afonso Henriques de Lima Barreto compreendeu exatamente o que era a *belle époque*: um modo ilusório, fantasioso de ver a vida, que não permitiria vencer os obstáculos àqueles que não pretendessem se dobrar.

Nesse contexto, desmerece-se uma das condições indissociáveis a todo este processo de democratização e urbanização anunciado pela primeira República: a questão da cidadania, amplamente abordada em Afonso Henriques de Lima Barreto. Como demonstra Resende (1993), inicialmente deve-se observar que esse tema é recorrente na obra barretiana, articulando-se com os demais, por exemplo, com as diversas formas de poder, com os instrumentos sociais de segregação, com a ditadura bacharelesca, entre outras.

É a própria autora quem observa que, nos primeiros tempos da República, “a discussão sobre o exercício da cidadania na sociedade brasileira permanece sendo a investigação de seu cerceamento e antes os diversos aspectos da não cidadania” (RESENDE, 1993, p. 42). Ser cidadão, nesse período, corresponde a encaixar-se na hierarquia que lhe é determinada, diferentemente de sentir-se livre e igual aos outros. Tudo isso justifica a crítica barretiana e seu desencanto com o regime republicano. No dizer de Zélia Nolasco Freire (2005, p. 103), Afonso Henriques de Lima Barreto “deixa claro que não tem nada contra o regime em si, mas, sim, contra os homens que o representam”, uma vez que estabelece uma relação direta entre república e luxo desmedido, ostentação e dissipação da verba pública.

3. *O papel social da literatura em Afonso Henriques de Lima Barreto*

Conforme já abordado na primeira seção deste artigo, entre as manifestações artísticas, aquela que mais fortemente traduz a vida social, sem dúvida, é a literatura. Portanto, não se pode pensar em literatura divorciada das condições do meio e do tempo. Assim, torna-se mister analisar uma obra literária vislumbrando o meio social e a época a que ela pertence e representa. Uma análise desse tipo revela os costumes, as crenças, os valores de determinada sociedade e, mais, mostra a intenção de consolidá-los ou refutá-los.

Afonso Henriques de Lima Barreto acreditava numa arte literária que unisse as pessoas. Em palestra que fez em Rio Preto, assim teria se manifestado, conforme registra em “O Destino da Literatura”:

A arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e ideias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie; assim trabalhando, concorre, portanto, para o seu acréscimo de inteligência e de felicidade. (...) ela explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos e as angustiosas dúvidas destes, àqueles; ela faz compreender, umas às outras, as almas dos homens dos mais

desencontrados nascimentos, das mais diversas épocas, das mais divergentes raças; ela se apieda tanto do criminoso, do vagabundo, quanto de Napoleão prisioneiro ou de Maria Antonieta subindo à guilhotina; ela, não cansada de ligar nossas almas, umas às outras, ainda nos liga à árvore, à flor, ao cão, ao rio, ao mar e à estrela inacessível; ela nos faz compreender o Universo, a Terra, Deus e o Mistério que nos cerca e para o qual abre perspectivas infinitas de sonhos e de altos desejos. (...) Literatura reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros. Ela tende a obrigar a todos nós a nos tolerarmos e a nos compreendermos.

Entretanto, como se sabe, a literatura não era acessível a todos. Na verdade, ela contribuía para separar as pessoas entre os que a compreendiam e os que nem a liam. Nas palavras de Nelson Werneck Sodré,

a ignorância se tornou um traço de classe, de um lado, como o saber se tornou um traço de classe, de outro lado. Claro está que seria, num quadro tal, impossível o entendimento artístico e o entendimento literário, por parte da maioria da população. (SODRÉ, 1964, p. 450)

Sendo assim, a literatura pode ser considerada um dos espaços no qual se travam lutas pelo poder. Ela não é a linguagem, mas a usa como seu instrumento. É através da linguagem que a literatura se desenvolve e atinge os que dela se aproveitam. Contudo, a linguagem não pode ser sua prioridade, apesar de ter extrema importância:

quando o esforço do escritor se concentra na linguagem, de tal sorte que o conteúdo fique em segundo plano, estamos diante de um trabalho artesanal, cuja perfeição não o isenta da transitoriedade, porque cada época tem uma forma própria que traduz o que lhe é peculiar. (SODRÉ, 1964, p. 451)

A posição de Afonso Henriques de Lima Barreto sobre a importância da linguagem e sua função na literatura é encontrada em vários momentos de sua carreira, assunto que o literato sempre abordou de maneira bastante crítica também em “O Destino da Literatura”:

Os homens só dominam os outros animais e conseguem em seu proveito ir captando as forças naturais porque são inteligentes. A sua verdadeira força é a inteligência; e o progresso e o desenvolvimento desta decorrem do fato de sermos nós animais sociáveis, dispondo de um meio quase perfeito de comunicação, que é a linguagem, com a qual nos é permitido somar e multiplicar a força de pensamento do indivíduo, da família, das nações e das raças, e, até mesmo, das gerações passadas, graças à escrita e à tradição oral que guardam as cogitações e conquistas mentais delas e as ligam às subsequentes.

Assim, pode-se afirmar que no início da República existia, de certa forma, uma aliança entre as letras (literatura) e a classe dominante. Alguns literatos, entretanto, não aceitavam o poder constituído nessa aliança e tentavam lutar contra ele. O resultado certamente seria o fracasso como

escritor, o desconhecimento e o desprezo, uma vez que a classe dominante era quem ditava o que deveria ser lido. Importa lembrar que vivíamos numa nação de analfabetos; poucos eram os que tinham direito à escola, os quais faziam parte da classe dominante. Portanto, não leriam o que os afrontasse.

De acordo com Marisa Philbert Lajolo (1996, p. 107), o Brasil era “um país onde leitura e escrita jamais foram acessíveis a todos e mais ainda numa sociedade periférica, onde valores estéticos e categorias literárias vêm de fora, produzidos nos mesmos centros hegemônicos de onde vêm as políticas financeiras”. Sendo assim, importava que o escritor dominasse a ferramenta linguística com maestria, cuidando, entretanto, para que não se levasse ao isolamento devido à estilização de seu uso.

No que tange a Afonso Henriques de Lima Barreto, um pré-modernista sabe-se que seu principal ideal era o de que a literatura também se voltasse para o povo. Acreditava que, para isso, a modalidade linguística empregada na criação literária deveria ser aquela falada pelo povo, a língua do povo, que o povo entende. Considerando que, histórica e culturalmente, a literatura é também o direito à voz, o que defendia Afonso Henriques de Lima Barreto era a voz da população menos favorecida que deveria ser considerada cidadã como qualquer outra. Isso se reforça na afirmação de Marisa Philbert Lajolo de que:

a literatura é um dos fatores que formata vivências emocionais, alegrias e tristezas, esperanças e medos. É também na literatura que natureza e humanidade ganham sentido: em resumo, a literatura foi (e ainda é) uma das linguagens através das quais diferentes comunidades constroem, reforçam ou reformatam sua identidade, desdobram e renovam poderes da linguagem verbal. (LAJOLO, 1996, p. 108)

Afonso Henriques de Lima Barreto estava preocupado com o desenvolvimento de uma literatura com uma linguagem mais adequada ao seu tempo. Como compreendia “a literatura como um instrumento de comunhão e união entre os homens, desejava uma linguagem que denunciasses os entraves sociais ao conagração humano” (MACHADO, 2002, p. 91). Por isso, o literato escreveu:

(...) a importância da obra literária que se quer bela sem desprezar os atributos externos de perfeição de forma, de estilo, de correção gramatical, de ritmo vocábular, de jogo e equilíbrio das partes em vista de um fim, de obter unidade na variedade; uma tal importância, dizia eu, deve residir na exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustiante do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida. (“O Destino da Literatura”)

Além dessa busca pela identidade da população brasileira e o ideal de união entre as pessoas, é necessário considerar que, como eram poucos os leitores (alfabetizados), esses precisariam ser seduzidos pela leitura, uma vez que saber ler não implica hábito de leitura. Nada melhor para isso do que o emprego de uma linguagem que lhes falasse de perto. Sendo assim, havia de existir um traço de oralidade nos textos literários, algo que causasse ao leitor comum a sensação de proximidade. Exemplificando, pode-se observar essa suposta oralidade na crônica “Uma outra”, na qual Afonso Henriques de Lima Barreto reproduz a fala de camponeses que conversam com um engenheiro. Vê-se, nesse uso, a tentativa de vislumbrar a citada unidade na variedade:

Reconheci a voz dos meus trabalhadores, saltei, da rede, acendi o candeeiro e abri a porta. “Que há?” “Seu douto! É u Felício qui tá co us oios arrivirados pra riba. Acode qui vai morre...”. Contaram-me, então, todo o caso. O Felício, um trabalhador da turma, tinha tido um ataque, ou acesso, uma súbita moléstia qualquer e eles vinham pedir-me que acudisse o companheiro. “Mas”, disse eu, “não sou médico, meus filhos. Não sei receitar”. “Quá, seu douto! Quá! Quem é douto sabe um pouco de tudo”.

De um lado, aqueles que seguiam os mandarinos da elite vislumbravam uma falsa oralidade burguesa, pois acreditavam que assim consolidariam, através da literatura, uma ideologia nacional também burguesa. De outro lado, Afonso Henriques de Lima Barreto defendia uma oralidade que serviria ao povo como passaporte de cidadania, uma vez que o representaria, que o faria se ver retratado na literatura por meio de sua linguagem. É por isso que o literato escreve simulando a fala; escreve com a língua daqueles desprezados pela sociedade burguesa, dos aliados do sistema devido aos preconceitos sociais, raciais e (por que não?) culturais.

Surge, nesse ponto, sua crítica recorrente a respeito da forma usada na literatura brasileira. Sua preocupação é mostrar que, por trás dessa atitude, está o falseamento da realidade que é preciso denunciar. Para Afonso Henriques de Lima Barreto, uma espécie de mal do pensamento, um mal de ter conhecido a imagem da realidade antes da realidade, a imagem das sensações e dos sentimentos antes deles próprios, conforme aborda Antonio Arnoni Prado (1976).

4. Os significados de literatura militante em Afonso Henriques de Lima Barreto

Uma literatura embasada pela solidariedade e pelo humanismo desemboca num projeto literário que se caracteriza pelo forte desejo de intervenção social, assumindo o escritor a função de denunciar e combater as mazelas sociais. Por outro lado, esse projeto também implica uma tentativa de esclarecer e orientar o leitor sobre o modo como confrontar as forças de opressão e estagnação, representadas pelos donos do poder. A literatura militante impõe uma tomada de posição entre os agentes em ação (escritor, intelectual, político etc.), definindo-se estes a favor ou contra determinada situação. Além disso, pressupõe a condição indisfarçável de confronto que move esses agentes nos diversos campos existentes.

Pierre Bourdieu (2002, p. 244) esclarece que os campos econômicos, políticos e literários ocupam uma posição dominada em relação ao campo de poder, sendo este o “espaço das relações de força entre agentes ou instituições que têm em comum possuir o capital necessário para ocupar posições dominantes nos diferentes campos”. Como resultado dessa intervenção social, que reconhece a vida pública como espaço de tomada de posição e de confronto de opiniões e visões de mundo por parte de indivíduos e grupos, os papéis do escritor e do leitor, por vezes, modificam-se, uma vez que se exige deles uma consciência cidadã. Verifica-se, então, a conformação da categoria de escritor-cidadão e leitor-cidadão, configurando um processo de transformação. Para Antonio Armoni Prado (1976), na literatura, esse processo militante organiza-se em torno da escolha do tema e de sua forma de elaboração. Essa escolha, entretanto, depende da aceitação do leitor, cuja imagem está sempre presente na consciência do escritor.

Em Afonso Henriques de Lima Barreto, essa preocupação é claramente manifestada quando o autor diz que a arte e, por extensão, a literatura salutar têm o poder de transformar a ideia, o preceito, a regra, em sentimento e torná-lo assimilável à memória, incorporá-lo ao leitor, com auxílio dos seus recursos próprios e de sua técnica. Nas palavras do literato, o *homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça* (“O Destino da Literatura”). Confirma-se, assim, que o leitor se faz presente como horizonte expectado pelo autor na elaboração da obra. Dito de outro modo, pode-se afirmar que o escritor-cidadão, por meio da literatura, tem a chance de convocar o leitor a se tornar leitor-cidadão atento aos problemas de sua época, de sua sociedade. Uma obra literária que se destine

a isso deve ser considerada de literatura militante ou, ainda nas palavras de Afonso Henriques de Lima Barreto, *literatura ativa, em que o palco e o livro são tribunais para as discussões mais amplas de tudo o que interessa ao destino da humanidade*. Sendo militante, ela idealiza o papel educativo e descortina, ao homem, meios para que ele chegue à resolução de alcançar o controle de sua própria vontade e modificar sua opinião sobre a sociedade. Enfim, “a literatura tendo o poder de educar a vontade humana, pode, por conseguinte, modificar o destino da própria sociedade”. (AIEX, 1990, p. 43)

Para Afonso Henriques de Lima Barreto, militante é a literatura que tem um escopo sociológico e sua função não se limita à diversão; ao contrário, visa despertar no leitor a consciência para os problemas sociais, políticos e morais que o circundam, dando-lhe uma melhor compreensão de si mesmo e de sua sociedade. Nosso escritor vê na literatura a capacidade de estabelecer a concórdia social e a solidariedade humana, como se observa nos dois trechos que seguem, destacados de “Literatura Militante”:

Eu chamo e tenho chamado de militantes às obras que têm o escopo de revelar umas almas às outras, de restabelecer entre elas uma ligação necessária ao mútuo entendimento dos homens.

(...) devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum de todos nós.

5. Conclusão

Ao observarmos a obra literária de Afonso Henriques de Lima Barreto, pudemos concluir que toda ela é militante, já que o literato escrevia na tentativa de chamar a atenção dos leitores para os problemas das pessoas e do país. Para ele, um desses problemas era a desvalorização da modalidade linguística empregada pelo cidadão não letrado (ou não culto) que, ao não ser ouvido e não se enxergar na literatura, deixava de ser cidadão, perdendo, por conseguinte, sua identidade. Por isso sempre defendeu que a arte literária não poderia empregar uma linguagem que a afastasse do povo.

Em toda a obra limiana há sempre uma crítica que, de alguma forma, pode nos reportar à questão linguística e à identidade nacional dela advinda. Tal crítica sustenta-se no fato de, naquela época, ainda vigorarem os preceitos da ortodoxia gramático-linguística, que colaborava para a manutenção de um espaço social que se abria, ou se fechava, para a população

brasileira que era cidadã, mas não possuía as qualidades para o efetivo exercício da cidadania. Nesse sentido ser letrado constituía marca de diferença.

Realizar essas análises do passado exposto na obra limabarretiana pode colaborar para a compreensão do presente, ou seja, a memória constante na literatura desse período ajuda-nos na construção do saber atual sobre a língua e a compreender como os usos linguísticos representam, determinam e estabelecem as relações de poder numa determinada sociedade.

O exame da obra pode nos levar também a questões referentes ao reconhecimento/valorização de modalidades diferentes da culta (tema tão caro à Sociolinguística). Ainda atualmente as pessoas que não dominam a modalidade culta da língua ficam, de certa maneira, sem direito à voz, o que justifica a existência de pesquisas que procuram demonstrar que a língua comporta fenômenos de variação e mudança, tentando, dessa forma, dar aos falantes o direito de serem ouvidos independente da modalidade linguística que empregam.

Voltando a Afonso Henriques de Lima Barreto, finalmente, resta a observação de que este trabalho mostrou que, com uma consciência estilística inovadora, com uma manipulação linguística diversa da que era valorizada no final do século XIX e no início do XX, o literato foi a voz inaugural a libertar a linguagem brasileira das lides afrancesadas. Com isso, imprimiu-lhe identidade brasileira e reforçou o sentimento de cidadania tão caros à população desse país. Portanto, na obra desse marginalizado, mas importantíssimo literato, sob a luz dos pressupostos da história das ideias linguísticas, é possível a observação dos ideais de língua, identidade e cidadania de que o brasileiro se ressentia na época estudada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIEX, Anoar. *As ideias socioliterárias de Lima Barreto*. São Paulo: Vértice, 1990.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 40. ed. São Paulo: Cultrix, 1994

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

CALLOU, Dinah Maria Isensee. Da história social à história linguística: o Rio de Janeiro no século XX. In: ALKMIN, Tânia Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*, vol. III: Novos estudos. São Paulo: Humanitas, 2002, p. 281-192.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Um mulato no reino de Jambon: as classes sociais na obra de Lima Barreto*. São Paulo: Cortez, 1981.

DIMAS, Antônio. *Tempos eufóricos*. São Paulo: Ática, 1983

FÁVERO, Leonor Lopes; MOLINA, Márcia Antônia Guedes. A crônica: uma leitura textual-discursiva. In: NASCIMENTO, Edna Maria Fernandes dos Santos *et al.* *Processos enunciativos em diferentes linguagens*. Franca: Unifran, 2006, p. 71-94.

FREIRE, Zélia Nolasco. *Lima Barreto: imagem e linguagem*. São Paulo: Annablume, 2005.

LAJOLO, Marisa Philbert. Oralidade, um passaporte para a cidadania literária brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (Orgs.). *Língua e cidadania o português do Brasil*. Campinas: Pontes, 1996, p. 107-126.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. *Lima Barreto: um pensador social na Primeira República*. Goiânia: UFG; São Paulo: EDUSP, 2002.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Campinas: Unicamp, 1993.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.